



Eaglestone Capital Sociedade
Gestora de Organismo de
Investimento Colectivo, S.A.



Relatório & Contas 2019



Relatório de Gestão do Conselho de Administração.....	2
Demonstrações Financeiras.....	15
Anexos	26
- Relatório de Auditoria	
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	





Relatório de Gestão do Conselho de Administração

Relatório de Gestão do Conselho de Administração

No primeiro semestre de 2019 a actividade da Eaglestone Capital Sociedade Gestora de Organismo de Investimento Colectivo S.A. (“Eaglestone Capital” ou “Sociedade”) foi marcada pela autorização de constituição de um FEIVMA (Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliarios). Desta forma a actividade comercial da Sociedade tornou-se mais consistente tendo em vista a comercialização do Fundo de liquidez Livre.

O Fundo foi constituído em 9 de Janeiro de 2019 e investe essencialmente em valores mobiliários e instrumentos financeiros, predominantemente de curto prazo. Foi feita uma ampla divulgação do fundo junto de investidores institucionais, sendo que a partir de 20 Março o fundo começou a sua actividade, publicando desde então diariamente o Valor da Unidade de Participação no seu sítio na internet www.eaglestone.capital.

No decorrer deste ano, a Sociedade Gestora participou em reuniões com os seus pares de mercado no sentido de constituir uma Associação que possa defender os interesses de todos os participantes no mercado, desta forma ficou deliberado que a referida associação se chamaria ASGAP (Associação das Sociedades Gestoras de Activos e de Patrimónios de Angola), a qual se encontra em processo de constituição. Desta associação fazem parte como membros constituintes todos os participantes autorizados pela CMC a exercer actividade na industria de Organismos de Investimento Colectivo.

A Eaglestone Capital continuou a reforçar o investimento em meios e recursos, tendo como principal objetivo a adaptação da estrutura organizacional à evolução prevista para os mercados e ao objetivo de ampliação das actividades desenvolvidas, processos que de acordo com o Plano Estratégico para o próximo triénio, devem ser concluídas ao longo do exercício de 2019.

Foi também submetido em 2019 um pedido de registo junto da Comissão de Mercado de Capitais, para a criação de mais um fundo Mobiliario, BIR Horizonte, que será comercializado pelo Banco BIR, estando previsto o seu lançamento durante o primeiro semestre de 2020.

Já em 2020 foi apreciado fazer um aumento de capital durante o primeiro semestre de 2020 por incorporação de prestações suplementares que deverá estar completo até final do mês de Junho de 2020.





Síntese de Evolução dos Mercados em 2019

Enquadramento Internacional

O desempenho dos mercados financeiros em 2019 foi profundamente antagónico face a 2018, com a quase totalidade das classes de ativos a proporcionar rendibilidades positivas e expressivas. Este comportamento foi particularmente invulgar quando considerados os desenvolvimentos económicos ao longo do ano.

O contributo dos bancos centrais foi essencial para a evolução dos mercados financeiros, com destaque para a quase total inversão de posicionamento da Fed entre as quatro subidas de taxas e a retórica restritiva em 2018 e a postura expansionista comunicada e executada em 2019. São também de salientar os estímulos monetários complementares, implementados por uma multiplicidade de outros bancos centrais a nível global, incluindo a reativação do programa de compras de ativos pelo BCE.

Os estímulos monetários e a deterioração das expectativas inflacionistas contribuíram para o forte movimento descendente das taxas de juro, para níveis sem precedentes. O montante de dívida com yields negativas suplantou em agosto um total de USD 17 triliões, correspondente a 30% do montante total de dívida.

As yields dos treasuries caíram de forma expressiva em 2019, de forma mais contundente nas maturidades mais curtas face às mais longas (-77 pb no prazo a 10 anos e -90pb nos Bilhetes do Tesouro a 3 meses), embora insuficiente para alterar a situação de inversão da curva de rendimentos.

No mercado de dívida soberana europeia, a taxa de juro alemã caiu 43pb em 2019, o que reflete uma recuperação nos três últimos meses do ano, imediatamente após atingir um mínimo histórico de -0,74% no início de setembro. A subida subsequente foi maioritariamente impulsionada por fatores como a retração da aversão ao risco e o mecanismo de compensação introduzido pelo BCE, para minimizar o impacto do ambiente de taxas de juro negativas na rendibilidade do setor bancário europeu.

O enquadramento de baixas taxas de juro reforçou a conduta de procura por yield, o que se repercutiu numa transição para emitentes e classes de ativos de perfil mais arrojado.

Este comportamento refletiu-se em estreitamentos generalizados do prémio de risco dos emitentes soberanos europeus, com destaque para a queda de aproximadamente 300pb da taxa de juro grega a 10 anos. As yields de Itália, Portugal e Espanha registaram igualmente estreitamentos do spread face à dívida alemã em virtude das quedas de 133, 128 e de 95pb das respetivas yields a 10 anos.

O desempenho positivo do mercado obrigacionista europeu foi generalizado e extensível ao mercado de dívida do setor privado, tendo maior expressão nos segmentos com maior risco de taxa de juro e de maior risco de crédito. Este ambiente de mercado foi aproveitado para a colocação de elevados volumes de dívida e de extensão de maturidades, quer na Europa, quer nos EUA.

O universo de dívida de mercados emergentes esteve entre os mais bem-sucedidos da classe, beneficiando de valorizações atrativas (após perdas pronunciadas em 2018), de múltiplos cortes de taxas pelos respetivos bancos centrais e da conduta de procura por yield. O perfil de rendibilidades foi, como habitualmente, díspar, com países como a Venezuela, o Líbano e a Argentina a apresentar perdas entre -55% e -24%, pressionados pelo enquadramento de incerteza política, de fragilidade dos fundamentais e de instabilidade institucional. No espectro contrário, Zâmbia, Ucrânia e República Dominicana ostentaram rendibilidades em dólares superiores a 20%.

O enquadramento de suporte dos bancos centrais, numa conjuntura de abrandamento económico, possibilitou uma combinação pouco habitual de queda das taxas de juro e de forte valorização dos mercados accionistas. Esta classe registou ganhos expressivos em 2019, decorrentes sobretudo da expansão de múltiplos na generalidade das geografias e alguma compressão dos prémios de risco - EUA, Europa, Japão e Mercados Emergentes, tendo o contributo dos resultados empresariais sido negativo nos dois últimos.

O mercado accionista dos EUA liderou nos ganhos, com valorizações superiores a 30% que possibilitaram que não apenas se revertessem totalmente as perdas do 4º trimestre de 2018, como se atingissem novos máximos históricos.

Numa óptica setorial, o comportamento ascendente dos índices acionistas globais favoreceu as valorizações dos setores cíclicos, pese embora o enquadramento macroeconómico descrito. O padrão de valorização beneficiou as empresas de maior capitalização bolsista e de perfil de crescimento.

O clima de incerteza geopolítica e de fragilidade económica global contribuiu para o oitavo ano de ganhos no dólar norte-americano nos últimos dez anos, não obstante a depreciação ocorrida no último trimestre. A moeda única europeia, por sua vez, registou perdas generalizadas face aos seus principais parceiros comerciais pelo quinto ano dos últimos seis, refletindo, entre outros fatores, a frágil dinâmica económica do bloco e o diferencial de taxas de juro entre os EUA e a Europa.

O desempenho das matérias-primas foi positivo em 2019, com o cabaz a beneficiar dos fortes ganhos em energia (+19%), contrastante com os ganhos apenas marginais nos bens agrícolas e industriais.

ANGOLA – ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

Angola foi uma das mais florescentes economias de África e do Mundo durante a década de 2002-12. Este período ficou marcado pelo fim da guerra civil no país e a assinatura dos acordos de paz na província de Luena em 2002. O país registou um crescimento médio anual na ordem dos 11%, apoiado num ambiente de estabilidade política e social e impulsionado em larga medida pelo aumento da





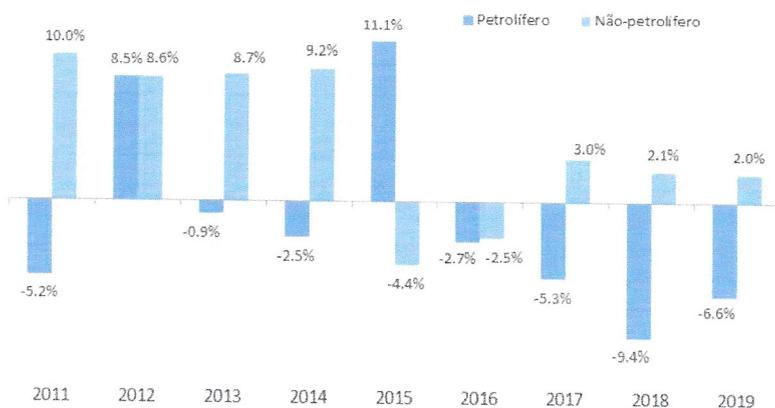
produção petrolífera. A economia nacional beneficiou também do esforço do Executivo de reconstrução nacional, de reabilitação das infraestruturas do país, de progressiva abertura da economia ao investimento privado e da implementação de políticas de dinamização e aumento da capacidade produtiva. Segundo dados do FMI, o PIB per capita do país encontrava-se no final de 2012 em torno dos 7 mil dólares, praticamente o dobro da média da África Subsariana.

Contudo, desde 2016, Angola tem enfrentado uma conjuntura económica bastante adversa, em linha com o que ocorreu noutros países da região como sejam os casos da Nigéria e da África do Sul. À semelhança do que aconteceu na crise petrolífera de 2008-09, a desaceleração do país resultou da queda abrupta e prolongada no preço do crude desde meados de 2014 que levou a fortes desinvestimentos no sector de petróleo e gás no país nos últimos anos. Isto levou a uma descida acentuada na produção de petróleo e, conseqüentemente, a menos receitas do sector para os cofres do Estado. A necessidade de proceder a alguns ajustes das contas públicas de modo a garantir um maior rigor orçamental levou o Executivo a reduzir drasticamente o investimento público, o que acentuou ainda mais a quebra na actividade económica. De facto, o investimento público continua a ser um dos principais motores de crescimento do sector não-petrolífero de Angola, que representa actualmente mais de 65% do PIB do país (face a menos de 45% há uma década).

A actividade económica foi também afectada pela política monetária mais restritiva seguida pelo Banco Nacional de Angola (BNA) nos últimos anos e que visou conter as pressões inflacionistas que colocaram a inflação a níveis não vistos em mais de uma década, acima dos 41% no final de 2016. Isto reflectiu acima de tudo os efeitos da depreciação do kwanza, mas também a redução dos subsídios nos combustíveis e os maiores custos dos alimentos. Desde o final de 2014, o BNA subiu a sua taxa directora por uma vez em 2014, cinco vezes em 2015, duas vezes em 2016 e uma vez em 2017 num total de 9,25%. Estas subidas colocaram a taxa BNA nos 18%, o nível mais alto de sempre. Entretanto, a inflação tem caído desde finais de 2017, o que permitiu ao banco central cortar a taxa BNA em 150pb em 2018 e 100pb em 2019. A taxa de referência está actualmente nos 15,5%, o que compara com 9,25% em meados de 2014 antes de crise petrolífera.

As últimas previsões apontam para que a actividade económica em Angola tenha contraído pelo quarto ano consecutivo em 2019, registando uma queda estimada de 0,9% do PIB real depois de uma contração de 2% no ano anterior. Em particular, a actividade no sector de petróleo e gás voltou a registar uma descida significativa (6,6% vs. -9,4% em 2018) enquanto que o crescimento no sector não-petrolífero permaneceu bastante modesto (previsão de 2% vs. 2,1% no ano anterior).

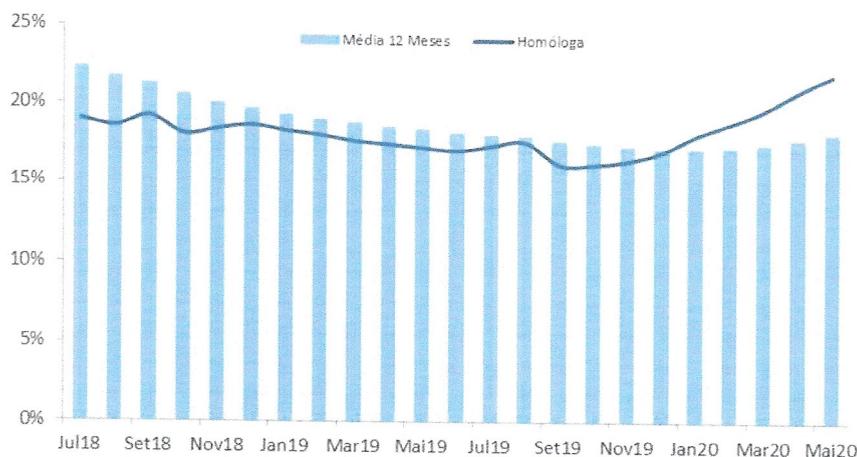
CRESCIMENTO DO PIB (2011-19)



Fonte: INE.

A inflação manteve uma trajetória descendente nos últimos anos graças à política monetária restritiva adoptada pelo BNA e à implementação de medidas de controlo de preços nalguns bens. Em 2019, a inflação anual atingiu os 16,9% (abaixo da meta do governo de 17,5% e o valor mais baixo desde 2015) e a inflação média chegou aos 17,1%. Mais recentemente, a inflação voltou a subir e estava acima dos 20% em Maio 2020.

TAXA DE INFLAÇÃO



Fonte: INE.

Angola enfrenta actualmente um ambiente económico bastante desafiante, agravado pela recente queda abrupta no preço do crude (o Brent chegou a atingir os 19 USD em Abril 2020, o que compara com 66 USD no final de 2019) e pelo impacto da pandemia do Covid-19. O mais recente acordo de corte de produção da OPEP+, que visa reequilibrar o mercado petrolífero mundial e travar a descida no preço, implica também que Angola terá de cortar a sua produção de crude a partir de Maio 2020. O efeito conjunto de um nível de preços bastante mais reduzido e uma menor produção petrolífera terá fortes repercussões nas receitas públicas e na economia, atrasando assim a tão aguardada (e necessária) retoma económica.



As mais recentes projecções do FMI apontam para que o PIB real volte a cair este ano (-1,4%) e que Angola registe um crescimento de 2,6% em 2021. As autoridades angolanas deverão estar prestes a anunciar um orçamento (OGE) rectificativo para 2020 que deverá incluir uma forte revisão ao preço do crude de 55 USD assumido no OGE inicial e também reflectir o impacto esperado do Covid-19 nas contas públicas do país.

A inflação deverá voltar a subir para 20-25% nos próximos tempos devido ao ajuste gradual no preço dos combustíveis e à rápida depreciação do kwanza. A capacidade do BNA continuar a defender o valor da moeda local irá depender do nível de reservas internacionais que, segundo os últimos dados disponíveis, encontravam-se nos 10,9 mil milhões USD em Abril 2020 (face a 31,2 mil milhões USD no final de 2013).

As perspectivas de crescimento económico de longo-prazo do país irão depender dos esforços das autoridades em implementar reformas estruturais. Estas reformas serão fundamentais para corrigir os actuais desequilíbrios, incluindo reduzir a (ainda) elevada dependência do sector petrolífero, e também melhorar o ambiente de negócios de modo a atrair mais investimento directo estrangeiro para o país.

Em Angola verificou se uma subida acentuada das taxas de juro de curto prazo no ultimo trimestre do ano , muito devido á falta de liquidez existente nos bancos , tivemos por exemplo a Luibor overnight nos 24%.O Banco Nacional de Angola fixou a taxa directora nos 15%.

No Mercado Secundário de dívida pública tambem assistimos a YTM em muitos títulos a passarem os 30%. Nos mercados monetários a desvalorização do Kwanza face ao Dólar Americano foi mais acentuada no mês de Outubro que colocou o Dólar a valer perto de 500 Kwanzas, tendência que se manteve até final do ano fazendo com que a inflação subisse de novo contrariando a estratégia do Executivo Angolano.

Gestão de Risco em 2019

A Sociedade privilegia uma cultura de gestão de risco assente em princípios de rigor, profissionalismo e diligência, em que todos os colaboradores são chamados a contribuir, tanto no âmbito específico do cumprimento das suas funções, como da sua postura face às obrigações regulamentares, éticas e profissionais aplicáveis.

O sistema de gestão de risco implementado na Sociedade tem por base princípios de gestão prudencial, simultaneamente com o propósito de garantir o cumprimento das obrigações legais e regulamentares em vigor.

A Política de Gestão de Riscos da Sociedade tem como objectivo dotar a Sociedade de um sistema de gestão de riscos independente, adequado e proporcional à natureza, dimensão e complexidade das suas actividades, que permite identificar, avaliar, mitigar, acompanhar e controlar todos os riscos a que a Sociedade e os fundos de investimento por si geridos se encontram expostos.

A Sociedade dispõe de um Conselho de Administração (CA), um Órgão de Fiscalização (Conselho Fiscal), e está organizada em Direcções, Departamentos, Unidades e Áreas, as quais funcionam de forma autónoma, mas em linha com as orientações superiormente estabelecidas para cada atividade e função.

Esta estrutura permite distinguir três linhas de defesa no sistema de gestão de risco:

O Conselho de Administração, órgão que detém o primeiro nível de decisão da Sociedade, assegura juntamente com as Direcções da Eaglestone Capital a primeira linha de defesa, exercendo a gestão diária dos vários riscos da atividade, implementando os mecanismos de controlo adequados à sua mitigação e identificando potenciais novos riscos.

A segunda linha de defesa é assegurada pelas áreas de Gestão de Riscos e Compliance/AML da Unidade de Controlo da Sociedade, sendo os responsáveis pela avaliação, controlo e monitorização dos riscos quer da sociedade quer dos fundos sob gestão, verificando igualmente a aplicação e o cumprimento das regras legais e internas. A terceira linha de defesa é atribuída às áreas de Auditoria e Conselho Fiscal, a quem cabe a validação da implementação e da adequação dos controlos definidos, supervisionando a correcta aplicação das políticas e procedimentos por parte dos intervenientes.

A Sociedade dispõe de um conjunto de soluções informáticas que apoiam e asseguram a gestão e controlo dos riscos da Sociedade e dos Fundos sob gestão, em coerência com as exigências regulamentares e legais e com o perfil de risco estrategicamente definido, sendo o acompanhamento dos riscos realizado mediante um processo sistematizado incluindo a produção de relatórios periódicos e tempestivos, com informação clara e fiável sobre as exposições às categorias de risco relevantes.





Actividade comercial em 2019

O ano de 2019 manteve o contexto marcado por taxas de juro em níveis historicamente altos, onde os rendimentos em grande parte da curva são positivos e os estímulos monetários ainda inexistentes. Consequentemente, a generalidade das classes de activos alcançaram níveis de desempenho positivos em Angola, pelo que na sua maioria os fundos de investimento geridos registaram performances positivas, em linha com o mercado. As taxas de Juro de curto prazo sofreram quedas acentuadas no primeiro semestre sendo que por exemplo os Bt's a 364 dias as taxas caíram de perto dos 18 % para perto dos 14.70 %, porém no mercado secundário de dívida com prazos mais longos essa tendência inverteu-se no segundo semestre tendo em conta a desvalorização da moeda nacional e a conjuntura económica.

No que diz respeito à actividade comercial exercida pela Eaglestone Capital, ficou marcada por vários encontros no sentido de comercializar o fundo sobre gestão, Fundo de Liquidez Livre, a receptividade foi positiva traduzindo-se em subscrições por parte de companhias seguradoras. A Eaglestone Capital mantém um esforço contínuo de promover a indústria de fundos de investimento em Angola de forma a dinamizar o Mercado de Capitais oferecendo oportunidades diferenciadas e com uma gestão profissional.

Foi também submetido à CMC um pedido de registo de um novo fundo mobiliário que será comercializado pelo Banco BIR, esperando que o início da actividade do fundo ocorra no primeiro semestre de 2020.

Desta forma a Eaglestone Capital SGOIC geriu o seguinte Fundo:

FEIVMA Eaglestone Capital – Fundo Liquidez Livre

Elementos Identificativos

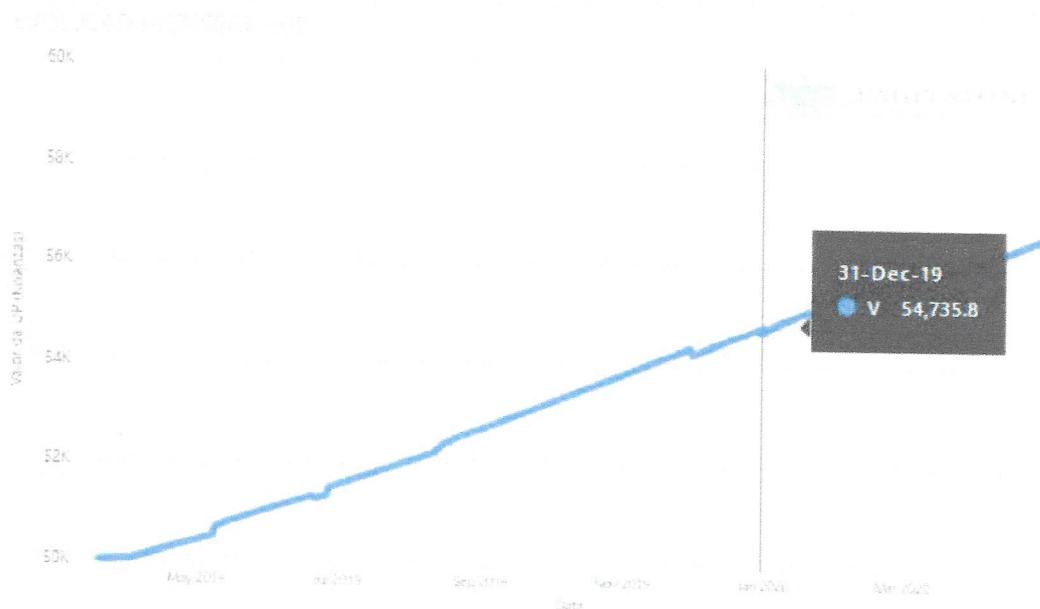
Tipo de Fundo: Fundo Especial de Investimento Mobiliário Aberto

Data de Constituição: 9 de Janeiro de 2019

Sociedade Gestora: Eaglestone Capital SGOIC, SA

Banco Depositário: Santandard Bank Angola

Valor da Carteira em 31 Dezembro de 2019: 763,510 M Kwanzas



Política de investimento

O Fundo tem como foco principal formar uma carteira constituída por activos denominados em Kwanzas, cuja rentabilidade e estabilidade dependem da evolução das taxas de juro de curto prazo, bem como da evolução da qualidade de crédito dos emitentes em carteira.

O Fundo investe em instrumentos do mercado monetário de elevada liquidez e elevada qualidade, nomeadamente, papel comercial, bilhetes do tesouro, certificados de depósito e outros instrumentos representativos de dívida de curta prazo e depósitos bancários.

O Fundo pode investir em instrumentos financeiros representativos de dívida com taxa variável ou com taxa fixa, e em títulos de dívida sénior, tais como em obrigações diversas emitidas por entidades privadas, em obrigações hipotecárias, em títulos de dívida objeto de securitização, em valores mobiliários condicionados por eventos de crédito, e em outros instrumentos representativos de dívida emitidos por entidades públicas ou privadas, com maturidades até três anos.

A composição da carteira de investimentos do Fundo será, indicativamente, constituída por bilhetes do tesouro, em 40%, títulos de dívida pública ou de empresas públicas com maturidade até três anos, em 25%, títulos de dívida corporativa com maturidade até três anos, em 20%, e depósitos bancários, em 15%.

O Fundo pode investir em unidades de participação de outros fundos de investimento e poderá ainda, exclusivamente para fins de cobertura de risco, investir em instrumentos financeiros derivados.

Evolução do Numero de UP's

Numero de ups em circulação em 31 Dezembro : 13 949

Valor unitario inicial : 50 000 AKZ Valor unitario a 31 Dezembro de 2019 : 54 735.80 AKZ

Demonstração do Património em AOA

Valores mobiliários	582,908,506.81
Saldos bancários	187,166,344.67
Total dos activos	31.12.2019
Valor Líquido de Inventario	770,074,850.48

Descrição dos títulos	Preço de aquisição
I. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS	
OTS 'Angolanas	401,429,732
BT's Angola	181,478,773



Estrutura e Práticas do Governo Societário

Órgãos Sociais e Estruturas Internas

De acordo com as melhores práticas internacionais e os princípios adotados no Grupo Eaglestone, a Sociedade tem implementada uma estrutura de governo societário com todos os recursos e meios necessários ao cabal desempenho das respetivas funções, visando a promoção de uma gestão sã e prudente, assente numa efetiva segregação de funções e linhas de reporte directo claramente definidas.

A Sociedade adota como modelo de administração um Conselho de Administração e como modelo de fiscalização um conselho.

Os membros dos órgãos Sociais são eleitos pela Assembleia Geral.

A Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário e delibera nos assuntos sobre os quais especificamente a Lei e os Estatutos lhe atribuem competência quanto a questões fundamentais, como sejam a eleição de órgãos sociais, alterações ao contrato de sociedade e aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração, do Balanço e das Contas, bem como da Proposta de aplicação de resultados.

O Conselho de Administração é composto por três membros, reunindo pelo menos uma vez por mês, com vista à prossecução dos interesses gerais da Sociedade, bem como a assegurar a gestão corrente dos negócios.

Concretamente ao Presidente do Conselho de Administração estão estatutariamente atribuídas competências de prestação de informação aos demais membros do Conselho de Administração, relativamente à actividade e às deliberações, velando pela execução das deliberações.

A fiscalização dos negócios da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal, ambos eleitos pela Assembleia Geral, a quem é assegurado o acesso regular à informação necessária ao adequado exercício das suas funções. Complementarmente, a Assembleia Geral designou ainda um auditor externo para verificação das contas da sociedade.

É regularmente avaliada a adequação dos membros dos órgãos de administração e fiscalização para o exercício das suas respetivas funções, preenchendo os requisitos legais para o efeito, incluindo a verificação dos requisitos da sua necessária independência onde aplicável.





Proposta de aplicação do Resultado

A Sociedade realizou em 2019 um Resultado Líquido negativo, o qual se propõe transferir na íntegra para Resultados Transitados.

O Conselho de Administração irá ainda informar os sócios em Assembleia Geral da perda de mais de metade do Capital Social de forma a deliberarem sobre as medidas julgadas convenientes, nomeadamente o aumento de capital social de 30 milhões de kwanzas para 100 milhões de kwanzas por conversão de prestações suplementares.

Nota Final

O Conselho de Administração quer expressar o seu agradecimento e reconhecimento a todos os que contribuíram para o desenvolvimento da Sociedade, nomeadamente:

Aos Bancos Depositários, pela forma diligente e profissional como têm desempenhado as suas funções;

Aos fornecedores, prestadores de serviços e parceiros de negócio, pela colaboração prestada ao longo do presente exercício;

Aos membros do Conselho Fiscal, pelo acompanhamento e colaboração prestados;

Às Entidades de Supervisão, pela colaboração e disponibilidade;

Aos participantes dos fundos, pela confiança manifestada.

Uma palavra de agradecimento especial a todos os Colaboradores pelo elevado sentido profissional, esforço e dedicação demonstrados, que foram decisivos para o desenvolvimento do projeto e os resultados alcançados.

Luanda, 30 Abril de 2020

Pedro Ferreira Neto
PCA

Samuel Morais Franco
Administrador

Demonstrações Financeiras e Notas Anexas





Demonstrações Financeiras e Notas às Contas

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balanço em 31 de dezembro de 2019

(Valores em Akz)

ACTIVO	Notas	Valor Bruto	Provisões Imparidades Amortizações Depreciações	Valor Líquido (31-12-2019)
Disponibilidades	5	7 979 555	0	7 979 555
Títulos e valores mobiliários	5	0	0	0
Créditos	6	0	0	0
Negociação e Intermediação de Valores		0	0	0
Activos Imobiliários	7	23 617 492	6 440 585	17 176 907
Activos Fixos Tangíveis		429 067	0	429 067
Activos Fixos Inangíveis		23 188 425	6 440 585	16 747 840
TOTAL DO ACTIVO		31 597 047	6 440 585	25 156 462

(Valores em Akz)

PASSIVO	Notas	Período Corrente (31-12-2019)
Outras Obrigações	8	19 138 474
TOTAL DO PASSIVO		19 138 474

Capital	9	30 000 000
Prestações Suplementares		7 793 732
Lucros/Prejuízos Acumulados		-6 522 220
Resultado Líquido do Exercício		-25 253 525
TOTAL DE FUNDOS PRÓPRIOS		6 017 988

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

(Valores em Akz)

Rubricas	Notas	Período Corrente (31-12-2019)
Outros Rendimentos Operacionais	10	20 820 693
TOTAL DOS PROVEITOS		20 820 693

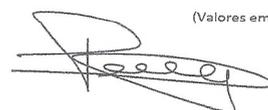
Juros e Outras Despesas	11	87 515
Impostos		0
Prestação de Serviços	12	15 037 453
Pessoal		5 739 125
Amortizações		6 440 585
Provisões	13	11 964 680
Outros Custos e Perdas		6 804 860
TOTAL DAS DESPESAS		46 074 217
APURAMENTO DO RESULTADO		-25 253 525

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÃO DOS FUNDOS PRÓPRIOS

(Valores em Akz)

	Débito	Crédito	Saldo
Saldo em 01 de Janeiro de 2019	-	-	-
Recebimentos por Aumentos de Capital/Prest. Suplementares	7 793 732	-	7 793 732
Pagamentos por Reduções de Capital	-	-	-
Incorporações de Reservas ao Capital	-	-	-
Incorporações de Lucros ou Prejuízos Acumulados	-6 522 220	-	-6 522 220
Efeitos de Ajustes Diários aos Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-
Efeitos de Ajustes das Operações Cambiais	-	-	-
Efeitos de Perdas Líquidas em Fundos de Pensão Patrocinados	-	-	-
Efeitos da Subscrição de Unidades de Titularização	-	-	-
Efeitos da Subscrição de Unidades de Participação	-	-	-
Apropriação do Resultado Líquido do Exercício	-25 253 525	-	-25 253 525
Constituição de Reservas	-	-	-
Anulação de Reservas	-	-	-
Pagamento de Dividendos Antecipados das SI	-	-	-
Dividendos Propostos no Período	-	-	-
Compensações de Prejuízos	-	-	-
Efeitos das Distribuições de Resultados	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	-23 982 013	0	-23 982 013

(Valores em Akz)




DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Notas	Período Corrente (31-12-2019)
Fluxos de Caixa dos Juros e Outros Rendimentos		30 124 425
Fluxos de Caixa de Comissões		25 345 693
Fluxos de Caixa de Outros Juros e Outros Rendimentos		4 778 732
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Operações de Créditos		-
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Aplicações em Operações Comprometidas		-
Fluxos de Caixa da Aquisição dos Créditos e Emissão das UTC		-
FLUXO DE CAIXA DE RECEBIMENTOS		30 124 425
Fluxos de Caixa dos Juros e Outras Despesas		-
Fluxos de Caixa de Despesas de Obrigações por empréstimos e Repasses		-
Fluxos de Caixa de Rendimentos de Câmbio		-
Fluxos de Caixa com Ajuste ao Valor de Mercado		-
Fluxos de Caixa de Impostos		537 973
Fluxos de Caixa de Comissões		-
Fluxos de Caixa de Multas		-
Fluxos de Caixa de Custos e Perdas Operacionais		20 485 471
Fluxos de Caixa da Prestação de Serviços		15 462 393
Fluxos de Caixa de Pessoal		5 023 078
Fluxos de Caixa de Outros Custos e Perdas		1 121 427
Pagamentos de Outros Custos e Perdas		1 121 427
FLUXO DE CAIXA DE PAGAMENTOS		22 144 870
SALDOS DOS FLUXOS MONETÁRIOS DO PERÍODO		7 979 555
Saldo em Disponibilidade no Início do Período		0
Saldo em Disponibilidade no Fim do Período	7	979 555

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Eaglestone Capital SGOIC, S.A. (adiante igualmente designado por “Eaglestone” ou “Sociedade”), com o Registo Comercial N.º18-10487-L2, tem o Número de Identificação Fiscal 5417655872, com o registo junto da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) n.º 002/SGOIC/CMC/11-2018.

A Eaglestone é uma Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Colectivo (Fundos de Investimento) e está autorizada a prestar todos os serviços descritos no Código de Valores Mobiliários combinado com o Decreto Legislativo Presidencial n.º7/13 de 11 de Outubro sobre o Regime Jurídico dos Organismos de Investimento Colectivo e demais regulamentação.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILISTICAS

a. Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras da Eaglestone foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o Plano de Contas dos Organismo de Investimento Colectivo e das Sociedades Gestoras, nos termos do Regulamento da CMC n.º 9/16 de 6 de Julho.

Sendo este o primeiro exercício de preparação das Demonstrações Financeiras são apresentados os montantes com referência ao exercício decorrido entre 1 de Janeiro de 2019, data de início da actividade da Sociedade Gestora, e 31 de Dezembro de 2019.

As demonstrações financeiras da Eaglestone encontram-se expressas em Kwanzas, não tendo à data de 31/12/2019 activos e passivos denominados em outras divisas. As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados e activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através dos resultados, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível.

b. Transações em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são registadas de acordo com os princípios do sistema multi-currency, sendo cada operação registada em função das respectivas moedas de denominação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Kwanzas à taxa de câmbio média publicada pelo Banco Nacional de Angola à data do balanço. Os custos e proveitos relativos a diferenças cambiais, realizadas ou potenciais, são registados na demonstração dos resultados do exercício em que ocorrem.





c. Créditos e outros valores a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo. Esta categoria inclui o crédito concedido a Clientes, aplicações em instituições de crédito e outros valores a receber. No reconhecimento inicial, estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de outros custos e proveitos directamente atribuíveis à originação da operação. Subsequentemente, estes activos são registados pelo seu custo amortizado.

d. Títulos e valores mobiliários

Atendendo às características dos Títulos e valores mobiliários, após o reconhecimento inicial, estes são valorizados ao justo valor, sendo o respectivo proveito ou custo proveniente da valorização reconhecido em resultados do exercício.

No caso de títulos de dívida, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos.

Valor de Mercado

A metodologia de apuramento do valor de mercado (justo valor) dos títulos utilizada pela Eaglestone é conforme segue:

- i) Preço médio de negociação no dia do apuramento ou, quando não disponível, o preço médio de negociação no dia útil anterior;
- ii) Valor líquido provável de realização obtido mediante adopção de técnica ou modelo interno de valorização;
- iii) Preço de instrumento financeiro semelhante, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e a moeda ou indexador; e
- iv) Preço definido pelo Banco Nacional de Angola.

No caso de títulos para os quais não existe cotação em mercado activo com transacções regulares e que têm maturidades reduzidas, os mesmos são valorizados com base no custo de aquisição por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado. Desta forma, as Obrigações do Tesouro emitidas pelo Estado Angolano serão registadas no balanço Eaglestone pelo respectivo valor de aquisição, por se entender que reflecte a melhor aproximação ao seu valor de mercado, uma vez que não existe uma cotação em mercado activo com transacções regulares.

e. Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação subjacente é liquidada, expira ou é cancelada. Os passivos financeiros não derivados incluem recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito, recursos de Clientes e outros empréstimos.

Estes passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos e subseqüentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva, com a excepção dos passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados, os quais são registados ao justo valor.

f. Activos intangíveis e outros activos tangíveis

Os activos intangíveis e outros activos tangíveis serão registados ao custo de aquisição.

A depreciação será calculada pelo método das quotas constantes às taxas máximas fiscalmente aceites como custo, de acordo com o Código do Imposto Industrial.

g. Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

h. Comissões

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

i. Imposto sobre os lucros

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

Imposto corrente

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos.





Imposto diferido

Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar / pagar em exercícios futuros resultantes de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os activos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou de reporte de prejuízos fiscais. Adicionalmente, não são registados activos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor.

Imposto industrial

A Eaglestone encontra-se sujeita a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A, sujeito a uma taxa de imposto de 30%. A 1 de Janeiro de 2015 entrou em vigor o novo Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/2014, de 22 de Outubro, e que estipulou a taxa de Imposto Industrial em 30%.

O novo Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”) são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das mais ou menosvalias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

Foi aprovado pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/2014, de 20 de Outubro, o novo Código do IAC com entrada em vigor a partir de 19 de Novembro de 2014.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos que futuramente advirão das aplicações financeiras da Eaglestone. A taxa varia entre 5% (no caso de juros recebidos relativamente a títulos de dívida que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e 10%. Sem prejuízo do exposto, no que diz respeito aos rendimentos de títulos de dívida pública, segundo entendimento das Autoridades Fiscais e do Banco Nacional de Angola dirigido à Associação Angolana de Bancos (carta do Banco Nacional de Angola, datada de 26 de Setembro de 2013), apenas os que decorrerem de títulos emitidos em data igual ou posterior a 1 de Janeiro de 2013 estão sujeitos a este imposto.

Em 1 de Agosto de 2013, teve início o processo de automatização de retenção na fonte, pelo BNA, do Imposto sobre a Aplicação de Capitais em conformidade com o previsto no Decreto Legislativo Presidencial n.º 5/11, de 30 de Dezembro.

Após 1 de Janeiro de 2015, o IAC deixou de ter a natureza de pagamento por conta do Imposto Industrial, estando os respectivos rendimentos excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial.

Imposto sobre o Património (IPU)

Incide IPU, à taxa de 0,5%, sobre o valor patrimonial dos imóveis próprios que se destinem ao desenvolvimento da actividade normal da Eaglestone, quando o seu valor é superior a 5 000 m AKZ.

Outros Impostos

A Eaglestone está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo, bem como outras taxas.

j. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo-se à respectiva divulgação.

3. INFORMAÇÃO DAS CARTEIRAS DE OIC's GERIDAS

Com referência a 31 de dezembro de 2019, a Eaglestone efectua a gestão da carteira do fundo Eaglestone Capital – Fundo de Liquidez Livre – Fundo Especial de Investimento em Valores Mobiliários Aberto sendo o detalhe da carteira o seguinte:

	Juros Carteira	Juro Bruto	Valor de Mercado
110 - DISPONIBILIDADES	8 091 322	8 091 322	187 166 345
11020 - Depósitos à Ordem			73 543 002
11050 - Depósitos a Prazo	8 091 322	8 091 322	113 623 342
130 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	64 109 406	64 109 406	582 908 507
13010 - Dívida Pública Fixa	64 109 406	64 109 406	582 908 507
260 - OUTRAS OBRIGAÇÕES			-6 752 200
26020 - Outras Obrigações de natureza fiscal			-119 808
26060 - Diversos			-1 480 352
2606020 - Entidade gestora			-89 981
2606030 - Outros valores a pagar			-1 390 371
26070 - Provisões Para Outros Riscos e Encargos			-5 152 040
TOTAL	72 200 728	72 200 728	763 322 652





4. DISPONIBILIDADES

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica de Disponibilidades tem a seguinte composição:

	31-12-2019
Depósitos à Ordem	7 979 555
Outros	0
Disponibilidades em Instituições Financeiras	7 979 555

Com referência a 31 de dezembro de 2019, a rubrica "Outros" tem a seguinte composição:

	Capital aplicado	Juro corrido	Valor carteira
Outros			
Depósitos a Prazo	-	-	-
	-	-	-

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Com referência a 31 de dezembro de 2019, esta rubrica não é ainda aplicável.

6. CRÉDITOS

Com referência a 31 de dezembro de 2019, a rubrica Créditos – Valores a Receber, representa o adiantamento efectuado pela sociedade para efeitos de renda do espaço onde se situa a sua sede.

7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante o exercício de 2019, houve a seguinte aquisição de activos fixos:

CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	QDTE	DATA DE AQUISIÇÃO	INICIO DE UTILIZAÇÃO	VALOR AQUISIÇÃO
180	Activos Imobiliários				23 617 491,66
18060	Activos Fixos Tangíveis da Sociedade				429 066,66
1806030	Outros Activos Fixos Tangíveis				429 066,66
[1]	Telefone	1	13/09/2019	01/01/2020	129 980,00
[2]	Mobilia	1	03/10/2020	01/01/2020	129 980,00
[3]	Mobilia	1	04/10/2020	01/01/2020	26 998,00
[4]	Electrodoméstico	1	04/10/2020	01/01/2020	96 666,66
[5]	Electrodoméstico	1	04/10/2020	01/01/2020	2 299,00
[6]	Electrodoméstico	1	07/10/2020	01/01/2020	34 653,00
[7]	Mobilia	1	09/10/2020	01/01/2020	8 490,00
18070	Activos Intangíveis da Sociedade				23 188 425,00
1807010	Softwares				23 188 425,00
[1]	Binomio	1	28/01/2019	01/03/2019	23 188 425,00

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2019, a rubrica Outras Obrigações – Credores Diversos corresponde aos montantes devidos pela Eaglestone a título de reembolso de despesas relacionadas com contencioso e notariado, dívida da aquisição do software e alguns custos relacionados com serviços técnicos especializados.

9. FUNDOS PRÓPRIOS

Capital Social

A Sociedade foi constituída em 2019, com um capital social de 30.000.000 AKZ.

10. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS

No final de 2019, a rúbrica juros e outros rendimentos, apresenta a seguinte composição:

	31-12-2019
Comissões	20 820 693
Comissões de Gestão	20 820 693
Carteira de Títulos	0
Títulos de Dívida Pública	0
Outros Juros e Proveitos Equiparados	0
Depósitos a Prazo	0
JUROS E OUTROS RENDIMENTOS	20 820 693

11. JUROS E OUTRAS DESPESAS

No final de 2019, a rúbrica juros e outras despesas, apresenta a seguinte composição:

	31-12-2019
Outras Comissões	87 514,95
Comissão Bancária	87 514,95
Comissão Bodiva	0
Comissão Cevama	0
Outras Comissões	0
Outros custos e perdas	0
Outras Comissões	0
JUROS E OUTRAS DESPESAS	87 514,95

12. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS





Em 31 de dezembro de 2019, a rúbrica prestações de serviços, apresenta a seguinte composição:

	31-12-2019
Serviços Especializados	15 037 453
Rendas	0
Condomínio	0
Outras despesas	0
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	15 037 453

13. PROVISÕES

A provisão reconhecida no exercício económico de 2019 é integralmente o resultado do reconhecimento da variação cambial negativa da dívida ao fornecedor estrangeiro do software. A fatura em causa ascende a 65.000€, tendo sido contabilizada em janeiro de 2019 a um câmbio de 356,745. No entanto e como à data de 31/12/2019 a mesma não tinha ainda sido liquidada e em virtude de o câmbio nessa data ser de 540,817, reconhecemos o custo potencial, através de provisão.

14. PARTES RELACIONADAS

São consideradas entidades relacionadas com a Eaglestone:

- aquelas em que a Sociedade exerce, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a sua gestão e política financeira - Empresas associadas e de controlo conjunto e Fundos de Investimento;
- as entidades que exercem, directa ou indirectamente, uma influência significativa sobre a gestão e política financeira da Sociedade - Accionistas; e
- os membros de pessoal chave da gerência da Sociedade, considerando-se para este efeito os Membros do Conselho de Administração executivos e não executivos e as Sociedades em que os membros do Conselho de Administração têm influência significativa.

No exercício de 2019 as únicas transacções mantidos pela sociedade com entidades relacionadas, no caso particular “Eaglestone Capital – Fundo de Liquidez Livre – Fundo Especial de Investimento em valores mobiliários aberto foram as comissões de gestão.

15. EVENTOS SUBSEQUENTES

Entre 31 de dezembro de 2019 e a presente data, é nota importante referir que os accionistas dotaram a empresa de mais 70.550.000 AKZ em forma de prestações suplementares, adicionando aos 7.793.732 AKZ efetuados em 2019. Assim sendo à data de hoje a empresa tem um total de 78.343.732 AKZ de prestações suplementares, dos quais 70.000.000 irão ser convertidos em capital social, situação que está prevista acontecer durante o mês de Junho ou Julho de 2020. Assim sendo, é importante referir que o capital social da empresa a meados de 2020 passará dos atuais 30.000.000 AKZ para 100.00

ANEXOS

- Relatório de Auditoria
- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal